

POLÍTICA

Foi uma manhã de discursos emocionados, com frases duras contra Sarney — “se não sabe negociar deve ser trocado” — e alertas aos defensores de diretas-já: vocês podem estar “traindo” a Nação.

A derrota do governo



“Se o presidente da República não quer entendimento conosco, então vamos mudar o presidente para beneficiar a Nação brasileira.” Essa foi a frase mais dura sobre as pretensões do presidente José Sarney de ficar com cinco anos de mandato, feita pelo senador José Richa (PMDB-PR), que juntamente com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), defendeu a emenda fixando em quatro anos o mandato de Sarney.

Para Mário Covas foi um momento emocionante: foi a primeira vez que ele ocupou a tribuna, tomando o lugar do vice-líder Euclides Scalco (PR) para ter direito a voz na Comissão de Sistematização, depois do seu enfarte, operação e recuperação. Ele começou rebatendo uma frase de Afonso Arinos que dizia preferir a justiça à vitória. Covas arrancou aplausos ao afirmar: “Eu prefiro a vitória com a justiça”.

Contra a emenda dos quatro anos, falaram, por delegação do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o próprio presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e o líder do PFL na Câmara, José Lourenço. A infelicidade do dia coube a Lourenço: ele começou seu discurso improvisando sobre os gritos de “diretas-já” das galerias e da esquerda e acabou dizendo que “direta já, sim, mas para todos, não só para o mandato do presidente Sarney”, Lourenço foi aplaudido, pois a esquerda mais xiita defende justamente a realização de eleições gerais no próximo ano, 120 dias após a promulgação da futura Constituição: eleição de vereador a presidente da República, passando justamente pela renovação do Congresso Nacional e dos governos estaduais.

O discurso do senador José Richa foi o mais positivo. Ele afirmou que a culpa pela indecisão até aquele momento cabia ao presidente José Sarney, que se colocou na posição intransigente de nada aceitar como negociação. Richa disse ter ido ao Palácio do Planalto levar a proposta de que o presidente aceitasse o sistema parlamentarista em troca do mandato de seis anos, mas o presidente disse não, e ficou na posição, inclusive ameaçadora, de exigir a aprovação dos cinco anos.

José Richa afirmou que nessas tentativas entrou em rota de colisão a frágil Aliança Democrática, que ele garantiu daria certo no sistema presidencialista de governo. Richa afirmou, ainda, que “Sarney é apenas o chefe da transição” e que para essa transição o mandato de quatro anos era suficiente.

Em seguida, o líder governista Carlos Sant'Anna cedeu o lugar para o senador Afonso Arinos encaminhar contra a emenda Jorge Hage. Arinos levantou-se de sua cadeira de presidente da Comissão de Sistematização e foi para tribuna, declarando-se honrado em voltar a ocupá-la num momento de tanta paixão e de tanta emoção. Ele co-



À esquerda, Covas e Richa defendem, sob aplausos, o mandato de quatro anos. José Lourenço, com um discurso infeliz, e Afonso Arinos, sob vaias, na defesa da causa perdida.

meçou manifestando compreensão diante da divisão do plenário com relação à questão que seria votada, observando que o êxito do orador não depende das suas convicções, mas do estado de espírito dos que o escutam.

O discurso de Afonso Arinos foi mais uma defesa do parlamentarismo do que propriamente do mandato do presidente Sarney, embora tenha preconizado os cinco anos como forma de assegurar sua implantação. Afonso Arinos afirmou que seu compromisso não era com a vitória, mas com a justiça, que considerou realizada com a implantação do novo sistema de governo.

Diante de um início de burburinho no plenário, o velho senador interrompeu a linha do seu raciocínio para advertir que iria falar o que desejava, nem que fosse vaiado, ou não recebesse aplausos. Porque o “compromisso do meu mandato é com o parlamentarismo”. Ele lembrou a defesa da Constituinte, que vem sustentando contra ataques e interferências, e disse preferir

morir certo de ter praticado a justiça do que sobreviver praticando algo acima dela. Nesse momento, o presidente em exercício da Assembléia, senador Fernando Henrique Cardoso, advertiu que o tempo do orador já se esgotava, mas Afonso Arinos respondeu que, como presidente da comissão, iria infringir seu regimento.

Fernando Henrique não apreciou a reação do parlamentar e retrucou que, enquanto estivesse na presidência, todos poderiam infringir o regimento, falando o tempo que desejassem. Afonso Arinos voltou à defesa do parlamentarismo, argumentando que a redução do mandato do presidente Sarney vai levar para as ruas, no próximo ano, a campanha eleitoral, com candidatos a presidente, enquanto se implanta o parlamentarismo.

“Isso todo mundo esconde, mas eu exibo. O povo não vai entender nada, mas vocês, sim. Nós estaremos traindo o povo”, acentuou o senador Afonso Arinos numa alegação considerada igualmente pouco

simpática e que foi, indiretamente, respondida pelo líder peemedebista Mário Covas, o qual várias vezes declarou ser sábio o povo brasileiro.

Lembranças

O senador Mário Covas ocupou a tribuna a seguir avisando que, humildemente, iria discordar do velho parlamentar, pois preferia a vitória com a justiça, provocando aplausos demorados no plenário. Calmo, falando pausadamente, mas em tom emocionado, Mário Covas fez várias citações para ilustrar seu discurso, citando desde o escritor francês Chateaubriand até uma personagem de Anatole France, a Genoveva, que solicitou à Virgem Maria “que havia concebido sem pecar, que a ajudasse a pecar, sem conceber”, numa crítica aos defensores dos cinco anos de mandato.

Mário Covas recordou então que, depois de ter sido indicado para a Presidência da República, o marechal Castelo Branco com-

pareceu à Câmara e prometeu que, no ano seguinte, enviaria mensagem para eleição do seu sucessor e, em vez disso, enviou mensagem prorrogando seu mandato. O líder do PMDB fez um retrospecto da campanha das diretas, do seu fracasso no Congresso e sobre a reação popular, autorizando a aliança política firmada na época para derrotar Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

Covas lembrou também as conquistas políticas obtidas depois da instalação da Nova República, observando que a transição se esgotaria com as eleições presidenciais, depois da Constituinte, quando o mandato de José Sarney se esgotaria. “Em nome da Justiça, não há como se tirar do povo o direito de disputar o poder depois disso”, acrescentou o parlamentar.

Ele considerou “absolutamente impossível” a manutenção da Aliança Democrática para promover a transição, observando que, somente depois da eleição do novo presidente, sairá uma proposta clara de governo. Mário Covas contestou a alegação de que cinco anos de mandato são da tradição republicana, citando declarações de Tancredo Neves, de que não aceitava dois anos, por ser pouco, nem cinco, por ser demais, e que ficaria com quatro por ser esta a tradição republicana.

O líder José Lourenço, o último a falar, tentou uma estratégia e terminou por ganhar aplausos da ala xiita, ao defender eleições diretas, “mas para todos” (neste momento Lourenço apontou para todos os candidatos do plenário da Câmara, arrancando aplausos e risos). Ele afirmou, sob protestos, que “a maioria da Nação não aceita que se mutile apenas o mandato do presidente Sarney”.

José Lourenço repetiu várias vezes, que “a transição só será tranqüila com o presidente José Sarney”. E arrematou com uma frase de efeito, que, mais uma vez, teve efeito contrário: “Não se descarta um presidente da República como se descarta uma lâmina de barbear”, disse José Lourenço. Em coro, os xiitas responderam: “Descartamos, sim”, sob vaias e gritos de “diretas-já”.

O relator da Sistematização, Bernardo Cabral, ao apresentar seu parecer sobre a emenda dos quatro anos, deu o direcionamento necessário para que o plenário a aprovasse.

No seu discurso, Cabral começou por lembrar as coincidências da data de ontem (a proclamação da República e um ano da realização das eleições constituintes). Recordou que há 20 anos era vice-líder do então líder do MDB, o deputado Mário Covas, e lembrou as cassações políticas que ele Covas sofreram.

Ao advertir que o dia de ontem era sério e o momento político mais ainda, Bernardo Cabral lembrou que, na vertente constitucional, seu caminho é bem outro que o da vertente política: no primeiro, ele defendeu seis anos de mandato para Sarney; mas, politicamente, era pelos quatro anos.